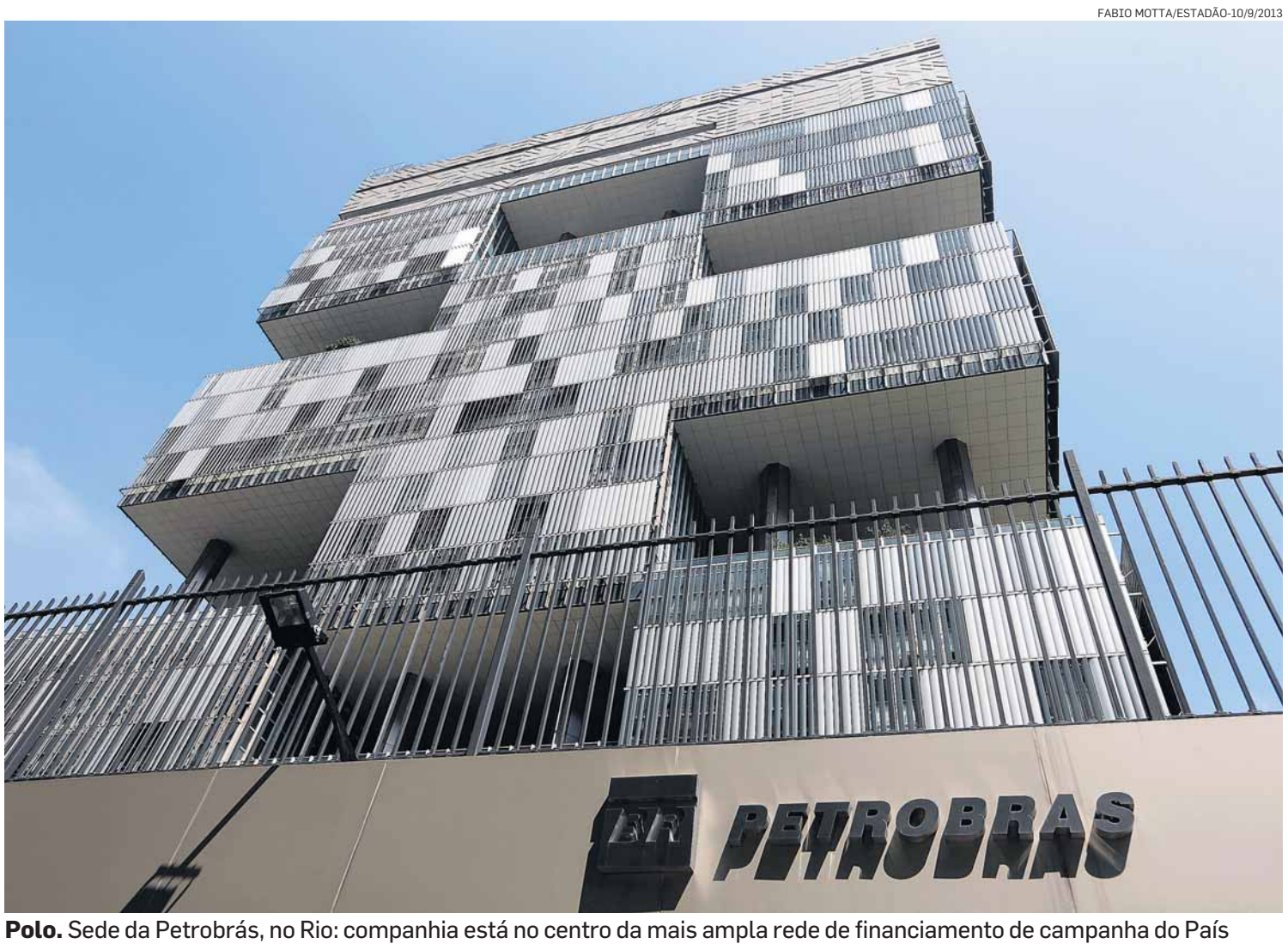
Política

Ajuste de discurso
Austeridade na política econômica é mote de Aécio e Campos. Pág. A8

Contas públicas. Empresas contratadas pela estatal financiaram R$ 3 de cada R$ 10 usados por candidatos e comitês nas eleições de 2010 e 2012, num total de pelo menos R$ 1,4 bilhão; na última disputa presidencial, PT recebeu 25% das contribuições e PSDB, 23%

Responsáveis por um terço das doações eleitorais são fornecedores da Petrobrás

FABIO MOTTA/ESTADÃO-10/9/2013



Polo. Sede da Petrobrás, no Rio: companhia está no centro da mais ampla rede de financiamento de campanha do País

José Roberto de Toledo
Daniel Bramatti
Diego Rabatone
Lucas de Abreu Maia

ESTADÃO DADOS

De cada R$ 10 doados por empresas a candidatos e comitês nas eleições de 2010 e 2012, R$ 3 vieram de fornecedores da Petrobrás. Maior companhia brasileira, a estatal está no centro da mais ampla rede de financiamento privado de campanhas eleitorais no Brasil. Detentores de contratos com a companhia petrolífera desembolsaram ao menos R$ 1,4 bilhão em contribuições às campanhas de postulantes a presidente, governador, prefeito, deputado e senador.

Isso não implica que a Petrobrás tenha direcionado as doações – a legislação proíbe que empresas que tenham participação societária do Estado financiem campanhas eleitorais. Tampouco denota ilegalidade. Mostra, porém, o potencial de alcance político e econômico da estatal e ajuda a entender os temores de parte da classe política com a instalação de uma CPI da Petrobrás.

Levantamento conjunto do *Estadão Dados* e da Transparência Brasil revela que 4.792 candidatos e comitês partidários receberam recursos de empresas contratadas pela Petrobrás nos últimos quatro anos. Nas eleições parlamentares e para governos de 2010, 1.778 candidatos/comitês receberam desses fornecedores. Na disputa municipal de 2012, foram 3.014 os beneficiários. Os valores doados pelos fornecedores da Petrobrás constituem uma estimativa conservadora: o levantamento levou em consideração só os contratos assinados a partir de 2010.

Pontaria. Além de volumosa e extensa, a rede de doações é certeira. Dos 513 deputados federais eleitos em 2010, nada menos do que 330 contabilizaram doações de empresas privadas que mantêm contratos com a Petrobrás. Juntos, receberam pelo menos R$ 78 milhões para ajudar a bancar suas candidaturas. O valor pode ser ainda maior, porque não inclui as doações dessas empresas a comitês partidários, que podem beneficiar mais de um candidato.

A regra dos doadores é ter um pé em cada canoa partidária. Tornam-se, assim, centopeias político-ideológicas. O dinheiro foi doado indiscriminadamente tanto a partidos que apoiam o governo federal quanto a legendas que lhe fazem oposição. Nada menos que 24 siglas receberam recursos em 2010, e 26 em 2012.

Rateio. Nas eleições realizadas há quatro anos, candidatos e comitês do PT, que disputava o terceiro mandato presidencial consecutivo, receberam 25% do valor total doado pelos fornecedores da Petrobrás. Já o PSDB, principal partido da oposição e havia oito anos distante do Planalto, ficou com uma fatia levemente inferior: 24%.

Levando-se em conta as disputas pelos cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual, candidatos do PT receberam em 2010, em conjunto, R$ 224 milhões de empresas ligadas por contratos à Petrobrás. As doações para tucanos somaram R$ 210 milhões.

O PMDB, que tem influência em diretorias da Petrobrás e é segundo maior partido da base governista, recebeu menos recursos do que o oposicionista PSDB em 2010: R$ 165 milhões, o equivalente a 19% do total.

Nas eleições de 2012, PT e PMDB ficaram com uma parcela maior dos recursos: 31% e 16%, respectivamente. Já o PSDB levou apenas 13%.

A lista dos fornecedores que fazem doações para campanhas tem 2.265 empresas. A maioria, porém, faz contribuições relativamente pequenas – apenas 117 empresas desembolsaram mais de R$ 100 mil. A concentração de poder no topo é alta: 81% dos recursos doados (mais de R$ 1,1 bilhão) saíram dos 50 maiores fornecedores.

Na lista dos maiores doadores estão as grandes empreiteiras do País, que têm outras fontes de recursos públicos e interesses em diversas áreas do governo, não apenas no setor do petróleo. Isso explica o fato de, em alguns casos, as doações eleitorais serem superiores aos valores dos contratos firmados com a Petrobrás.

Contratos de serviços da estatal são 'caixa-preta'
Pág. A6

PARA ENTENDER

Mapa une duas bases de dados

Para mapear as contribuições eleitorais dos fornecedores da Petrobrás em 2010 e 2012, o Estado montou uma base de dados com mais de 800 mil contratos firmados pela estatal com cerca de 37 mil empresas.

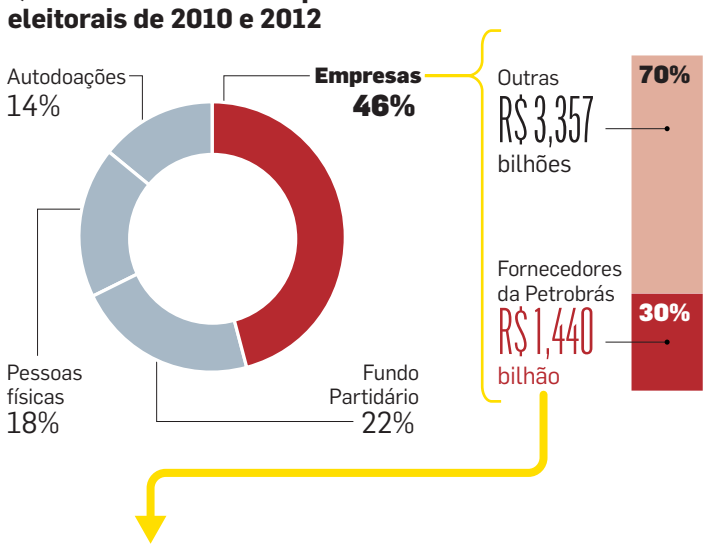
O passo seguinte foi dado pela Transparência Brasil, que, a pedido do **Estado**, cruzou as informações com a base de dados do projeto *Às Claras*, que mapeia as doações eleitorais a partidos, comitês e candidatos. A entidade tem como principal bandeira o combate à corrupção.

Os contratos com data de assinatura a partir de 1987 estão publicados no site da Petrobrás, mas não todos – apenas aqueles que ainda estão em vigor ou que foram encerrados a partir de 2010. Por causa da falta de dados completos anteriores a 2010, não foi possível avaliar as contribuições eleitorais dos fornecedores nas eleições de 2002, 2004, 2006 e 2008 – meta inicial da reportagem.

EMARANHADO DE EMPRESAS

● O peso dos fornecedores da Petrobrás no mundo político

Quem financiou as campanhas eleitorais de 2010 e 2012



A distribuição das doações de empresas com contratos com a Petrobrás*

	2010 MILHÕES		2012 MILHÕES		TOTAL MILHÕES	
PT	R$ 224	25%	R$ 169	31%	R$ 393	27%
PSDB	R$ 210	24%	R$ 69	13%	R$ 279	19%
PMDB	R$ 165	19%	R$ 90	16%	R$ 255	18%
PSB	R$ 54	6%	R$ 48	9%	R$ 102	7%
DEM	R$ 45	5%	R$ 32	6%	R$ 77	5%
Outros	R$ 192	22%	R$ 143	26%	R$ 335	23%

Os maiores doadores de recursos com contratos com a Petrobrás

EM MILHÕES DE REAIS

	CONTRATOS**	DOAÇÕES
Construtora Andrade Gutierrez	2.975,0	166,4
Construtora Queiroz Galvão	160,9	136,3
Construtura OAS	188,5	102,2
JBS	0,3	101,4
Gerdau Comercial de Aços	7,7	47,4
UTC Engenharia	6.475,9	45,1
Galvão Engenharia	4.096,2	43,4
Carioca Christiani Nielsen	646,2	35,1
Vale Fertilizantes	0,8	32,9
Construtora Norberto Odebrecht	182,3	26,3
Serveng Civilsan	18,2	23,2
Braskem	95,3	22,1
Mendes Júnior Trading e Engenharia	0,05	20,8
Ultrafertil	2,7	20,4
Egesa Engenharia	243,6	16,6
Alusa Engenharia	2.521,3	15,3
Construtora Barbosa Mello	236,0	15,3
Fíbria Celulose	0,1	12,5
Telemont Engenharia	0,1	12,0
Engevix Engenharia	1.002,3	12,0

*Valores repassados para candidatos ou comitês, totalizados por partido
**Não estão incluídos consórcios e bancos

FONTE: ESTADÃO DADOS INFOGRÁFICO/ESTADÃO

* ANÁLISE: *Claudio Weber Abramo*

O risco de se misturar regime diferenciado a indicações políticas

O risco de que empresas doadoras de campanhas eleitorais venham a receber favores dos eleitos existe em qualquer país em que esse tipo de financiamento seja admitido. A forma de minimizar o risco, ou seja, evitar que os favores venham de fato a se concretizar, é a publicidade, tanto dos financiamentos eleitorais, quanto das contratações realizadas pelos órgãos do Estado.

O confronto entre uma coisa e outra permite, no mínimo, que se façam certas perguntas. Quando se verifica a existência de uma alta concentração de contratações entre empresas que financiaram quem chegou ao poder com contribuições dessas mesmas empresas, as perguntas se tornam obrigatórias.

Ainda mais quando se trata de uma empresa pública como a Petrobrás, a qual, numa situação única no País, tem um regime de licitações próprio, muito mais permissivo do que o regime imposto a todos os demais órgãos públicos brasileiros.

Os gestores da Petrobrás contam com uma discricionariedade em relação a contratações que é inaudita no País. Quando isso é aliado à prática de entregar nas mãos de representantes de partidos políticos diretorias e outras funções gerenciais, o risco de a discricionariedade ser abusada deixa de ser apenas hipotético.

Evidentemente, é impossível afirmar-se que tais ou quais contratações ocorridas na Petrobrás decorreram de "troca de chumbo" entre as empresas beneficiadas e os agentes políticos colocados na companhia estatal para satisfazer este ou aquele partido.

Dois anos atrás, em 6 de fevereiro de 2012, fui um dos entrevistadores de José Sérgio Gabrielli, prestes a sair da presidência da Petrobrás, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura (ver em www.youtube.com/watch?v=G9YyVzBuLqw).

Depois de mencionar indivíduos que ocupavam funções na empresa por indicação de partidos (entre os quais Paulo Roberto Costa, que hoje aparece metido no estranho negócio de Pasadena), perguntei-lhe: "Como é que se faz a gestão de uma empresa considerando-se que existe sempre esse fantasma do interesse partidário? A questão é a quais interesses eles respondem."

A resposta de Gabrielli foi: "Todas as decisões passam por comitês, todas as decisões passam por processos, há regras definidas, critérios definidos para as decisões, há mecanismos de avaliação e cheque de diferentes áreas para avalizar cada projeto, cada projeto passa por dezenas de disciplinas...".

Se as contratações realizadas pela Petrobrás seguem as "disciplinas" aludidas por Gabrielli, há motivos para temer o pior, pois foram essas mesmas "disciplinas" que levaram ao caso Pasadena.

*
DIRETOR EXECUTIVO DA TRANSPARÊNCIA BRASIL